

## As Mulheres e o Processo Eleitoral de 2020



Capa da Cartilha realizada para as eleições de 2020 pela Organização Coalizão Direitos na Rede

As eleições municipais de 2020, marcadas para 15 de novembro, serão desafiadoras às mulheres, sub-representadas desde a redemocratização do Brasil. Embora as mulheres representem 52,49% do eleitorado, ocupam apenas 15% dos cargos do legislativo federal, 13,93% das prefeituras e 13,5% das cadeiras nas Câmaras dos Vereadores. Além dos já conhecidos desafios, as eleições de 2020 trazem desdobramentos da pandemia.

Com a necessidade de isolamento social, as campanhas se viram à mercê de uma intensificação do uso das redes sociais. Para compreender aspectos que perpassam a corrida eleitoral deste ano entrevistamos Ladyane Souza, co-autora da cartilha “Internet e Eleições: guia de proteção de direitos nas campanhas eleitorais” uma iniciativa da Coalizão de Direitos na Rede.

Inicialmente, questionamos: **é possível pontuar quais grupos terão mais dificuldade durante a corrida eleitoral em tempos de pandêmicos?**

Ao falar sobre ataque às candidaturas, não gosto muito de usar a abordagem de dificuldades na corrida eleitoral. Prefiro pontuar sob o aspecto de conhecimento para conseguir mapear e enfrentar.

A elaboração da cartilha e a pontuação dos grupos susceptíveis à maior violência política, tem por base muitas pesquisas, mas para responder a pergunta de usou dados obtidos, principalmente na plataforma do Instituto Alziras, que mapeou o perfil das prefeitas e a pesquisa divulgada pelo canal TretAqui.org, justamente por elas terem mapeado algumas violências e conseguido pontuar que alguns grupos, como o das mulheres negras, sofrem mais ataques de racismo, machismo, LGBTfobia durante as eleições.

Há pilares que influenciam no discurso de ódio que frequentemente é direcionado a esses grupos. Entre eles estão as opiniões ideológicas e a localização geográfica, por exemplo, nas eleições de 2018 ataques foram destinados aos nordestinos, na Europa também se vê muitos ataques xenófobos. No Brasil, o discurso de ódio direciona-se tanto com esse aspecto geográfico, mas também às mulheres, às pessoas negras, aos indígenas e ao grupo LGBT, logo, esses grupos e suas intersecções são os que mais sofrem com violência política durante as eleições.

Contudo, a eleição de 2020, historicamente, é o pleito que conta com, numericamente, uma quantidade maior de mulheres e de pessoas negras inscritas. Então, a cartilha veio justamente para dar ferramentas para fortalecer e potencializar essas candidaturas.



Registro da intervenção da Ladyane durante audiência para debater violência política de gênero na CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, no Senado Federal.

Partindo das intersecções trazidas pela entrevistada e dos dados obtidos na cartilha que descreve as mulheres como as maiores vítimas de violência política em tempos normais, especialmente as negras,  **você acredita que a corrida eleitoral de 2020 terá essa realidade agravada?**

Ela respondeu que não há como ter embasamento científico porque não há muitos dados sobre a violência política de gênero no Brasil, principalmente com o recorte levantando. Então, a resposta aqui trazida tem como base a sua opinião pessoal.

**A internet é uma ótima ferramenta, inclusive o anonimato é muito importante, mas pode ser que com a campanha eleitoral ganhando mais espaço nas redes os ataques também se intensifiquem nesses ambientes.** Ladyane, acredita que os grupos que atuam de maneira organizada para tentar enfraquecer a democracia nas redes sociais, aqueles que agem por trás das telas, criando às vezes contas falsas para promover ataques, pode sim ser uma realidade agravada, uma vez que já tem visto algumas reportagens sobre ataques virtuais, como o caso de zoombombing, gatilho à busca de ferramentas de defesa desses ataques, os quais estão indicados na cartilha “Internet e Eleições: guia de proteção de direitos nas campanhas eleitorais”.

Após esses esclarecimentos, **como se dá essa violência política de gênero? É possível que ela transcenda a figura da candidata?**

Vimos daquela ideia colonizadora de que política é lugar de homem branco. Faz pouco tempo que essa realidade começou a ser alterada, muitos países, principalmente da América Latina, os sujeitos que fogem do padrão esperado são minoria nas cadeiras políticas. Então, a violência política transcende a figura da candidata porque ela é um sintoma histórico geral.

No Brasil, os índices representativos estão entre os piores do mundo. Apesar de o Congresso Nacional possuir atualmente 15% das cadeiras ocupadas por mulheres, nas assembleias estaduais elas são cerca de 6%. Logo, a violência política de gênero transcende a figura da candidata porque são violências contra mulheres ou pessoas LGBT que ocupam a política de maneira geral, sendo as tentativas, principalmente, de silenciá-los com o intuito que saiam do campo político.

Entre as tentativas de silenciamento está a violência mais velada, relacionada à divisão desigual de recursos, assim como as ameaças contra as mulheres e suas famílias, além de casos de racismo.

Diante dos apontamentos sobre violência política, destacando a realidade crescente de manutenção de banco de dados de eleitores por políticos,  **você acredita que nesta eleição essa realidade será assegurada? Quais são os mecanismos para que essa exposição não seja prejudicial?**

O problema está na compra dos bancos de dados, essa é a realidade nociva que permeia a nova prática, porque às vezes você aceita compartilhar suas informações com apenas um clique. Nesse caso, você tem seus dados expostos em bancos de dados que podem vir a ser vendidos ou utilizados de forma prejudicial por partidos e candidaturas.

Nessas eleições, eu imagino que essa possa ser uma prática, sendo importante sempre estar vigilante para poder denunciar e contatar o Ministério Público Eleitoral. É interessante ficar atento caso for contratado para uma candidatura que você nunca viu, um partido que você não tem afinidade.

**Como agir quando há vazamentos ou uso indevido de dados compartilhados para bancos de políticos? E quando você é político(a), quais as medidas que devem ser adotadas?**

Se seus dados enquanto eleitor forem vazados você pode contratar a Justiça Eleitoral. E quanto ao político você deve sempre defender o respeito à autonomia e à privacidade das pessoas. Recentemente foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados, há um tópico sobre isso na cartilha, explicando práticas que podem ser adotadas que são protetivas e que garantem a liberdade de expressão nas redes sem ferir a privacidade.

## VOCÊ SABIA?

Zoombombing é um termo usado para falar das invasões em videoconferências ou eventos online com objetivo de propagar áudios, vídeos e mensagens violentas. As campanhas eleitorais mal começaram e já tem ocorrido esse tipo de ataques em reuniões de candidatos(as), especialmente de mulheres negras.

Quer acessar a cartilha “**Internet e Eleições: guia de proteção de direitos nas campanhas eleitorais**”? Basta acessar: [bit.ly/36F6m1M](https://bit.ly/36F6m1M)

Baixe e compartilhe, ajude a proliferar o conhecimento nas eleições 2020. ;)

## VOZES EM MOVIMENTO

# A Pandemia e os Impactos Sociais aos Povos Indígenas

Desde o início de 2019 os noticiários brasileiros e internacionais têm relatado números crescentes de casos de exploração predatória na Amazônia. Dentre as ações que influenciam no processo de degradação ambiental, está a exploração de recursos naturais (entre eles minérios), o desmatamento e as queimadas. Entretanto, a partir de março de 2020, a atenção da mídia voltou-se ao descaso das políticas ambientais e de auxílio aos povos indígenas que vivem em áreas afetadas pela exploração ambiental e pela pandemia do COVID-19. A fim de dar um panorama da real situação dos povos indígenas da região, contatamos a PATJAMAAJ (Coordenação das Organizações do Povo Indígena Cinta Larga) que nos concedeu algumas informações.

Antes de qualquer coisa, vale a pena saber um pouco da história dessa organização. A PATJAMAAJ foi constituída no dia 7 de Setembro de 2007, sob a forma de associação, trata-se de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. O significado desta palavra de acordo com o tronco linguístico tupi-mondé é “equipe que nos coordena ou que nos governa”.

A PATJAMAAJ tem o como nome oficial “Coordenação das Organizações do Povo Indígena Cinta Larga” e objetiva representar os interesses do povo Cinta Larga, congregando os afiliados e as representações dos povos. A associação trabalha, principalmente, na elaboração de projetos e na busca de financiamento para o desenvolvimento econômico das comunidades.



Identidade visual da Associação PATJAMAAJ

Diante de suas ações voltadas à coordenação dos interesses dos povos cinta larga, **quais foram as mudanças no cotidiano da comunidade com a pandemia?**

A princípio houve certa desconfiança sobre o real problema. Só após casos confirmados e vidas ceifadas é que de fato as comunidades deram a devida atenção aos riscos que o vírus provoca.

Hoje, algumas famílias evitam o contato externo, estão mais cuidadosas com a proteção e colocam em prática cuidados para não propagar o vírus, o que pode ser muitas vezes difícil de evitar, principalmente, porque a maioria das casas são habitadas por duas ou mais famílias.

Em virtude do que foi descrito, especialmente, sobre a dificuldade de desenvolver atitudes que influenciam na propagação do vírus, **vocês estão tendo algum auxílio durante o momento pandêmico?**

As comunidades indígenas receberam apoio das instituições públicas que atuam na política indigenista, como SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena, MPF - Ministério Público Federal e FUNAI - Fundação Nacional do Índio, com distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e cestas básicas. Também tivemos apoio de alguns parceiros, com distribuição de cestas básicas, redes e máscaras. É bom pontuar que, infelizmente, as cestas básicas não têm sido suficientes para atender às famílias: a demanda aumentou devido ao isolamento social, o que fez com que muitos indígenas retornassem para suas comunidades, especialmente os estudantes, pessoas com fatores de risco e alguns que desenvolviam alguma atividade econômica na cidade.

Diante da resposta negativa sobre a efetividade dos auxílios e pelo fato de que a comunidade cresceu em virtude do retorno de indígenas que exerciam atividades econômicas e estudantis na cidade, questionamos **quais as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade indígena?**

A principal dificuldade foi a continuidade de atividades ilícitas no interior das Terras Indígenas (TIs). A falta de legalização das atividades força a prática da atividade ilegal, levando agentes externos para o interior da TI.

Diversas dificuldades já vinham sendo enfrentadas pelo povo antes mesmo da pandemia, tanto na educação quanto na saúde, além da falta de recursos financeiros, tudo isso se agravou com a chegada da COVID-19.

Muitas artesãs indígenas que vivem do artesanato hoje já não conseguem vender seus produtos, e jovens e crianças que estudam nas escolas que ficam dentro das TIs não estão tendo qualquer material pedagógico, seja impresso ou on-line, já que muitos não têm familiaridade com algumas ferramentas para o estudo remoto e alguns não possuem recursos financeiros suficientes para oferecer acesso à internet a seus familiares. Além disso, existe ainda a queda de raios, que acabam derrubando árvores e interrompendo o fornecimento de energia, prejudicando com ferocidade o aprendizado desses alunos.

Na questão de saúde, muitos indígenas são vulneráveis a doenças, devido a seu sistema imunológico mais frágil, e nem todas as aldeias dispõem de uma boa infraestrutura dos postos de saúde. Neste momento, infelizmente, algumas aldeias não têm técnicos de saúde disponíveis, ou estes ainda não foram contratados, portanto, a responsabilidade recai somente sobre os agentes de saúde indígena, que se sentem de mãos atadas por não poderem, quando é preciso, prescrever ou administrar medicamentos, funções que são de responsabilidade de um técnico.

Com os alarmantes casos de diabetes e hipertensão, que vêm crescendo a cada ano, o COVID-19 pode ser um agravante para esses pacientes, tornando-os ainda mais vulneráveis e aumentando os casos de óbito entre os indígenas.

Em virtude de todos os problemas relatados, especialmente, no que se refere à infraestrutura e ao auxílio nas áreas de saúde e educação, **o que é esperado para o pós-pandemia?**

Com essa pandemia, é notório que a vida de muitas pessoas, tanto nas aldeias quanto no restante do Brasil e do mundo, nunca mais será a mesma. Esperamos ter aprendido como é valioso cuidar uns dos outros, ter mais empatia, colocar de lado o individualismo e entender que nossas terras e o meio ambiente precisam de um cuidado extra. Esperamos, ainda, que projetos sustentáveis sejam postos em prática em nossos territórios, seguidos de sucesso na busca de autonomia, que infelizmente até o momento não se tem.

## VOZES EM MOVIMENTO - ESPECIAL 15 DE OUTUBRO

# Dilemas da Educação na Pandemia

A educação tem sido uma das áreas mais impactadas pela pandemia Covid-19. Isso porque o ensino que normalmente ocorria na forma presencial, teve que ser modificado por conta do isolamento (afastamento) social. Como uma pausa prolongada no ensino poderia trazer prejuízos aos estudantes, optou-se pelo ensino remoto como alternativa emergencial, a fim de assegurar a continuidade do processo de aprendizado.

No entanto, num país como o Brasil, com tanta diversidade e desigualdade, o ensino remoto torna-se um desafio ainda maior para todos os atores envolvidos no processo: alunos, pais e, principalmente, os professores. As dificuldades que já eram enfrentadas por professores somaram-se às novas dificuldades trazidas pela pandemia.

Da mesma forma, discentes, que tinham dificuldades de permanência nas escolas, precisam enfrentar a dificuldade de acesso ao ensino remoto neste novo cenário. Os pais, que muitas vezes tinham a escola como suporte para cuidar de seus filhos e, assim, trabalhar, ficaram sem essa possibilidade e ainda tiveram de colaborar, na medida do possível, com tarefas escolares.

Nesta edição do Informativo do DITERRA, a Voz em Movimento é de Angela Maria Serafim, professora de Língua Portuguesa de escola pública da rede estadual de ensino rondoniense, que fala sobre os desafios da atuação de professores nessa nova dinâmica, sobre como está o processo de aprendizagem de discentes e sobre o papel dos pais e do governo nesta fase tão complexa.



Foto do dia que a profª Angela Maria gravou um vídeo para o sarau virtual da escola em que trabalha.

**Quais as maiores dificuldades encontradas no Ensino Remoto Emergencial?** A maior dificuldade é o fato de que nem todos os discentes têm acesso à internet, ou não têm acesso a uma internet de qualidade. Outro fato, é a falta de estrutura por parte da família para que o aluno continue com sua rotina escolar de forma remota. Há também a resistência de algumas famílias em aceitar essa modalidade de ensino imposta pela pandemia. Em alguns casos, há a falta de valorização por parte de algumas famílias e o desinteresse dos alunos pelo estudo, mesmo com a escola oferecendo possibilidades para minimizar o prejuízo no processo de aprendizagem. É claro que a pandemia só escancarou uma realidade que nós já conhecíamos há muito tempo. Falando de mim, eu como professora tive dificuldade no início em ministrar as aulas online porque eu não fui preparada para isso. Mas já me acostumei, entretanto, ainda tenho algumas dificuldades para adaptar conteúdos e lidar com aplicativos.

Com esse panorama apresentado, **existem pontos positivos?** O único ponto positivo é a continuidade do vínculo entre escola e estudantes, garantindo uma rotina mínima de estudo nesse momento de isolamento social. Com o distanciamento não é possível saber se é realmente o aluno quem está fazendo as atividades. Se ele tem alguém para orientá-lo. Na verdade, muitas vezes não é possível nem saber se ele acessa os vídeos e outros recursos utilizados por professores. Além disso, não é possível fazer intervenções diante das dificuldades apresentadas por discentes no desenvolvimento dos conteúdos como era feito na escola e muito menos oferecer um reforço para que se trabalhe de forma individual ou em pequenos grupos a dificuldade desses alunos.

**Houve mudanças na metodologia de ensino e na carga de trabalho durante a pandemia?** Sim, houve mudança. Em sala, ou seja, na forma presencial, é possível inovar a metodologia de ensino de acordo com o desenvolvimento ou não do discente. De forma remota, ficamos presos às metodologias possíveis, uma vez que nem todos possuem internet ou internet de qualidade. Com certeza (mas com certeza!) a carga horária e a carga de trabalho mudou, pois muitos alunos dependem do celular dos pais para acessarem a plataforma utilizada pelas escolas estaduais, que é o Google Sala de Aula. Ou seja, muitas vezes trabalhamos no intervalo do almoço, às vezes até tarde da noite e até mesmo aos fins de semana. Outra situação é que a plataforma adotada pelo Estado é de difícil compreensão, e o aluno muitas vezes não consegue utilizar, ele precisa da presença do pai, da mãe ou de alguém junto para orientar. E se essa pessoa trabalha o dia todo, ela só vai poder auxiliar o aluno à noite.

**Por fim, há insegurança para o retorno das aulas presenciais?** Sim, há muita insegurança, pois todos os protocolos de segurança para o retorno às aulas requerem investimento por parte do Governo. Tem que investir em equipamento de segurança tanto para os funcionários quanto para os alunos. É necessária a contratação de funcionários para que seja possível o monitoramento e o cumprimento das medidas de prevenção, tanto individual quanto coletiva. Uma vez que as escolas estaduais trabalham com um número reduzido de funcionários, é impossível, do jeito que está, sem investimento, cumprir as medidas de segurança e recomendação para a volta às aulas. Não dá, sem investimento é impossível.

Dia 15 de outubro, anualmente, é comemorado o dia dos professores. Neste momento de insegurança e mudanças nos mais diversos campos, especialmente, na educação, a forma que encontramos de nos solidarizar, mostrando a importância desses profissionais que têm a capacidade de formar tantos outros profissionais. Assim, simbolizamos a voz docente através da fala de Angela Maria.

## IDEIAS & IDEAIS

Em ano de eleição, algumas perguntas surgem, uma delas é por que os municípios estão sempre sem dinheiro? Para responder a esses questionamentos usaremos o artigo da professora da UFMG, Misabel Derzi, intitulado “Federalismo, Liberdade e Direitos Fundamentais”.

O federalismo tem como objetivo proporcionar uma administração mais eficiente do Estado, para isso, utiliza-se a repartição de competências, ou seja, judiciário, legislativo e executivo têm funções definidas e são independentes e harmônicos entre si. O federalismo fiscal necessita de receitas para a realização de suas competências constitucionais, pois para idealizar os ideais democráticos da federação é imprescindível o lastro econômico. Em outras palavras, com o federalismo fiscal quer-se basicamente uma divisão justa entre os recursos públicos entre todos os entes centrais e periféricos.

No Brasil, esse pacto federativo é mais teórico, porque a federação é fictícia, à medida que os estados e os municípios são dependentes e hierarquicamente inferiores à União, já que podem instituir leis internas e administração interna, mas não detêm autonomia financeira. A União por meio das contribuições, não repassa o dinheiro para os diversos entes horizontais, acumulando para si esse dinheiro.

Basicamente o que a União fez, foi dar um nome diferente a um tributo, e com isso não ter que dividir com os estados membros que precisam da União, os estados membros devem mandar receitas, mas a União pode concentrar? No mínimo incoerente. Apresenta-se inconsistente e inconstitucional, essa contribuição sem dividendos, a União não parece estar preocupada em manter um federalismo, apenas mostrar que tem um federalismo, mesmo que este não seja efetivo.

Com isso, ocorre um enfraquecimento das instituições democráticas, pois a ausência de recursos suficientes retira a independência da atuação da pessoa jurídica de direito público, gerando, uma relação de subordinação ao poder central. Muitas vezes, os prefeitos ficam como maus gestores, porque o município nunca tem dinheiro, mas o que ele tem deve ser dividido com os demais entes e o valor repassado pela União é pequeno, além disso, a arrecadação de impostos dos municípios é pequena quando comparada a arrecadação da União. Portanto, se não houver mudanças no cenário de distribuição de recursos, essa situação continuará e não dificultará a efetivação dos direitos fundamentais.

DERZI, M. A. M. **Federalismo, liberdade e direitos fundamentais**. 2017. Belo Horizonte- MG. Link para acesso:

## VOCÊ SABE O QUE É?

# No mês que homenageia os nordestinos, vale a pena saber qual a origem da palavra que dá nome a um estado do nordeste: Paraíba

A palavra PARAÍBA é um termo indígena, que na língua Tupi significa rio de águas rasas. Águas estas que integram o mapa geográfico brasileiro, sendo um dos nove estados da região Nordeste.

Contudo, no decorrer da história essa denominação ganhou uma conotação ofensiva, nos anos 60 a palavra ‘paraíba’ foi utilizada para definir as pessoas que chegavam ao Sudeste, em busca de melhores condições de vida. Na época houve uma intensificação dos fluxos migratórios de nordestinos para o Sudeste especialmente de baianos em São Paulo e paraibanos no Rio de Janeiro.

Na atual legislação brasileira, situações de preconceito podem ser enquadradas como injúria, quando dirigido a uma determinada pessoa. O crime é tipificado no Código Penal, sendo agravado quando a ofensa faz referência à “raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”. A punição estabelecida é de multa e até três anos de reclusão. Além disso, a Lei 7.716/89, que dispõe sobre os crimes de discriminação, comumente conhecida como “lei do racismo” enquadra situações que têm por finalidade punir quaisquer atos discriminatórios.

Fonte: Repositório da UFPB

Quer saber mais? Acesse: [bit.ly/3jFXY5N](https://bit.ly/3jFXY5N)

## OLHARES LATINOS

# EUA abortam e esterilizam mulheres sem consentimento

Flávia Biroli, em seu livro “Gêneros e Desigualdades: limites da democracia no Brasil”, aborda os movimentos de controle de natalidade, importantíssimos para a efetivação da autonomia feminina e como eles, historicamente, misturaram-se com políticas racistas de controle populacional, especialmente ao longo do século XX.

De acordo com Biroli, aproximadamente 65 mil pessoas foram esterilizadas em 33 estados norte-americanos entre 1920 e 1970. No Peru, estima-se que 400 mil mulheres sofreram esterilizações forçadas. No Brasil, essa realidade não é diferente, ao menos desde os anos 1980, acumulam-se denúncias de esterilização em massa nas regiões mais pobres do país, levando à abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional em 1992.

A CPMI denunciou as ações não oficiais financiadas com recursos internacionais de controle de natalidade instalada no Brasil desde 1960 e confirmou que a maior parte das mulheres que sofriam a esterilização eram negras, além de salientar o baixo nível de informação sobre fecundação e anticoncepção para essas populações, bem como a desinformação sobre a irreversibilidade cirúrgica o que gerava uma alta taxa de arrependimento pós-procedimento. Na época, o relatório destacou que mais de 45% das brasileiras em idade reprodutiva estavam esterilizadas e desconheciam os abusos e os riscos da prática em face da sua clandestinidade. Por fim, o relatório recomendou a mobilização de todas as esferas governamentais para estancar esse processo, o que acabou gerando um consenso entre os parlamentares que o Brasil precisava regulamentar a esterilização cirúrgica, incluindo ações de planejamento familiar.



Foto de materiais cirúrgicos após procedimentos. Fonte: Pixabay

Em janeiro de 2019, a BBC publicou uma entrevista com uma indígena, participante de uma comunidade do Arizona, local onde a quantidade de filhos determina a riqueza da família. Ela relatou que foi esterilizada, no final do século XX, após dar à luz a primeira filha. Na época, foi ao hospital com fortes dores no estômago, foi submetida a cirurgia para retirada da apêndice e em seguida submetida à esterilização, sem o seu consentimento. Ela conta ainda que só descobriu que o procedimento tinha sido realizado quando procurou o médico por estar tendo dificuldades para engravidar.

Apesar de ser levantado como um problema do século XX essa realidade de controle de natalidade arrasta-se até os dias atuais. Em setembro de 2020, uma enfermeira que trabalhava no centro de detenção de imigrantes no condado de Irwin, na Geórgia, denunciou a realização em massa de histerectomia em imigrantes ilegais, sem consentimento ou sem que elas entendessem os procedimentos.

Os casos relatados são de mulheres que estiveram detidas em 2019 na casa de detenção de imigrantes no condado de Irwin, na Geórgia. Diante das alegações da enfermeira, o grupo de ativista da organização Project South, com sede em Atlanta, denunciou que pelo menos 17 mulheres foram submetidas a procedimentos de esterilização. O governo mexicano, por sua vez, investiga a execução de procedimentos cirúrgicos em seis mexicanas detidas em Irwin.

Os relatórios das investigações indicam que todas as mulheres que foram submetidas a laqueaduras tinham sido presas ao menos uma vez, demonstrando que os alvos principais eram as reincidentes. Os documentos também comprovam que em alguns casos havia falsificação de consentimento feito pelos médicos.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Fontes: BBC, Correio do Povo e Estudos Nacionais.

## TRAÇOS DA VIDA



## DICAS CULTURAIS



Foto: Acervo Diterria

## Leitura: “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”

Ailton Alves Lacerda Krenak, mais conhecido como Ailton Krenak, nasceu em 1953 na cidade mineira Ade Itabirinha, é escritor, ambientalista e líder indígena. Já foi condecorado com o prêmio “Ordem de Mérito Cultural”.

Krenak tornou-se conhecido após o seu emocionante discurso na Assembleia Constituinte em 1987, momento que pintou o rosto com jenipapo e fora protestar contra retrocessos nas lutas dos direitos indígenas. Uma de suas obras mais conhecidas é o livro “Ideias para adiar o fim do mundo” resultado de adaptações de duas palestras que ele proferiu, uma em 2017 e outra em 2019, ambas em Portugal.

Atingido pela massiva mineração na região do Rio Doce, Ailton aborda em sua obra, com linguagem simples e direta, as formas adotadas pelos “brancos” para viver, ironizando a perda de liberdade que eles possuem ao deixar de estar em contato e em harmonia com a natureza, utilizando uma metáfora ele explica que ela é como uma mãe que nos amamenta.

No livro, também é abordada a influência da modernização na formação da sociedade atual, uma vez que foi a principal responsável por tirar as pessoas dos campos e das florestas para viverem em favelas e periferias. Partindo dessa premissa, Krenak fala como essa era modernizada atinge especialmente os indígenas, uma vez que descreve, sensivelmente, os vínculos profundos que as comunidades possuem com a natureza e como essas conexões possuem caráter familiar.

Krenak aponta que não há de se falar em cidadania sem levar em consideração os vínculos entre as pessoas e a natureza, sendo os ambientes modernos uma abstração civilizatória. Os indígenas consideram a natureza como parte integrante da família e a respeitam como tal, porém as pessoas que estão envolvidas pelo marco civilizatório e divorciadas dessa ligação com a mãe-terra não possuem o mesmo respeito por ela, sendo o principal motivo da utilização predatória de recursos naturais.

# Série Documental - “Na Rota do Dinheiro Sujo”

**D**irty Money é uma série produzida pela Netflix e evidencia o papel que a corrupção corporativa exerce e seus efeitos no meio social, abordando aspectos atuais que englobam grandes corporações e empresários que enriqueceram através das negociatas ilegais ou imorais com o Poder Público ou lesando consumidores. Na trama, a corrupção é apresentada sob diversos aspectos, incluindo a interdependência entre setor público e privado, evidenciando que um não se sustenta sem a participação do outro, pois para a sobrevivência de ambos no sistema capitalista é necessário compactuar com a dinâmica de financiamento mútuo para que o poder e o capital permaneçam atrelados a uma parcela da população.

A série foca em atividades, onde normalmente não se enxergam as práticas de corrupção, pois no imaginário coletivo é comum que se vincule a corrupção com aquilo que é público, isentando, assim, os empresários, que não estariam de nenhuma maneira atrelados às corrupções do sistema. A trama descreve diversos casos de corrupção organizada, revelando os danos sociais causados pela corrupção cometida pelo setor privado, demonstrando que a prática das grandes corporações assemelham-se ao crime organizado.

Os episódios são independentes entre si e o primeiríssimo episódio aborda o escândalo envolvendo a Volkswagen e os carros vendidos como sustentáveis, mas que eram altamente poluentes e toda a repercussão desse episódio nos Estados Unidos. Ao terminar esse episódio procure saber os desdobramentos no Tribunal Administrativo Alemão.

# Podcast - Vetuscast, o Podcast da Vetusta

A Faculdade de Direito da UFMG, mais conhecida como Vetusta/Casa de Afonso Pena, criou podcasts unindo temas do Direito com músicas e literatura, tem coisa melhor?



Identidade Visual do Podcast da Faculdade de Direito da UFMG

O podcast é intitulado de Vetuscat, uma alusão ao apelido dos alunos e docentes à Faculdade de Direito e vem interseccionando conhecimento e música, uma forma leve e divertida de aprender Direito.

Para acompanhar, basta clicar: <https://soundcloud.com/vetuscast>



## TÁ ROLANDO NO INSTA - @diterra.unir



diterra.unir

 Direito, Território & Amazônia

 Grupo de Pesquisa

[www.diterra.unir.br](http://www.diterra.unir.br)



### EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO



Dificuldade no sistema de apostilas,  
falta de professores e de estruturas  
afetam a educação dos povos indígenas  
no Mato Grosso

[www.diterra.unir.br](http://www.diterra.unir.br)  [diterra@unir.br](mailto:diterra@unir.br)  Diterrra Debate



**Polícia Federal prende suspeitos de provocar  
queimadas em Terra Indígena**



[www.diterra.unir.br](http://www.diterra.unir.br)  [diterra@unir.br](mailto:diterra@unir.br)  Diterrra Debate



Robô ajuda  
a divulgar  
via Twitter,  
dados sobre  
desmatamento  
na Amazônia Legal



[www.diterra.unir.br](http://www.diterra.unir.br)  [diterra@unir.br](mailto:diterra@unir.br)  Diterrra Debate



**COORDENAÇÃO:**

**Neiva Araújo**

**EDIÇÃO, TEXTOS E EDITORAÇÃO:**

**Karen Roberta**

**Lorena Medeiros**

**Railane Campos**

**Valkiria Serafim**

**CHARGE: Valkiria Serafim**

**DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO:**

**Júlio Costa, Daniel Ferro e Rodrigo Ribeiro**